

RESENHA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA QUESTÃO EM ABERTO

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos; SARMENTO, Dirléia Fanfa (Org.). Extensão universitária: uma questão em aberto. São Paulo: Xamã, 2011. 151 p.

Adauto Marin Molck*

A obra que ora se resenha tem seu foco nas universidades com um viés voltado para os programas de extensão no ensino superior. São 10 capítulos independentes, porém interligados, escritos por 16 autores professores e doutores. O ganho de obras como esta é que o assunto é discutido por vários autores, o que, ao meu ver, é mais proveitoso para quem busca o conhecimento pelo tema e não pelo autor. No entanto, uma coisa leva a outra, pois lido o livro é possível e lógico identificar-se com um ou mais autores e buscar, em seguida, suas obras individuais para um possível aprofundamento em seus trabalhos e/ou pensamentos.

Como destaca Maria Antônia de Souza, autora do prefácio: “Esta obra permite ao leitor analisar o caráter da extensão desenvolvida na universidade, em especial a brasileira. Coloca em pauta um conjunto de relações inerentes a um contexto de práticas democráticas.”

Quem abre o livro abordando sobre a extensão universitária e seu compromisso social é Carmen García Guadilla, que traça a trajetória ideológica da educação universitária na América Latina. Em seu texto, ela aponta as mudanças ocorridas nas universidades durante as últimas cinco décadas começando com a “idade da inocência”, passando pela “ideologia desenvolvimentista”, “idade do ceticismo”, “década perdida”, culminando com a “década da avaliação”. A autora

* Mestrando em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, na linha Estudos em Avaliação; Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Especialista em Jornalismo Literário: texto criativo pela Faculdades Integradas Metropolitanas de Campinas; Professor do Centro de Linguagem e Comunicação na Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Rua Marechal Deodoro, 1099, Centro, Campinas, SP; 13010-920; admolck@hotmail.com

considera que a década presente deveria se chamar “idade do compromisso social” das universidades com um desenvolvimento humano e sustentável.

No segundo artigo, Calderón revisita conceitos e práticas institucionais contextualizados no cenário atual da educação superior, principalmente na questão da tríade ensino, pesquisa e extensão indissociáveis às universidades. Para o autor, existe a necessidade de “[...] não restringir a extensão universitária enquanto atividade e exigência legal somente das universidades e centros universitários, ampliando sua obrigatoriedade a todas as instituições que atuam na educação superior.”

Para Calderón, as ações extensionistas, ferramentas indispensáveis para a formação da cidadania, precisam ser encaradas com seriedade e responsabilidade e exigem um novo desenho gerencial das instituições de ensino superior. Este novo desenho deve incorporar diferentes estratégias didático-pedagógicas, criando, assim, espaços permanentes de aprendizagem de cidadania, democracia e multiculturalidade.

O terceiro texto dessa obra é assinado por Patricia Maneschy, Sonia Regina Mendes dos Santos e Mirian Zippin Grinspun e versa sobre uma proposta articuladora na extensão universitária. Para as autoras, o problema da extensão é a falta de um canal de “efetivação do conhecimento produzido na universidade” ou mesmo da forma de criar impactos favoráveis na comunidade atendida. Conforme destacam, é preciso trazer para a extensão o lócus de identidade no qual os conhecimentos produzidos na universidade e também na comunidade sejam considerados a “base da produção cultural e social dos sujeitos em seus grupos”. Dessa forma, é preciso fortalecer a extensão universitária para fundamentar o conhecimento produzido pela oportunidade da vivência que se encontra mediando a teoria e a prática. Para concluir, as autoras mostram a necessidade de uma fundamentação política para que as propostas da extensão se pautem em um discurso de coerência com os trabalhos que movimentam e integram as instâncias educacionais e a sociedade.

O tema da avaliação na extensão universitária é abordado, no quarto texto da obra, por Bernardete Angelina Gatti, que alerta para a dificuldade de se realizar uma avaliação não restrita a uma simples constatação de dados. Em seu texto, a autora propõe algumas questões que pretende desenvolver no decorrer do texto: “Qual o propósito e a natureza dos estudos e das ações universitárias em um momento de aceleradas mudanças, com a estrutura universitária que temos e as condições sociais que vivemos? Que valor esperamos que esse trabalho tenha?”

Que valor tem, realmente, para as pessoas e a sociedade? Como a universidade pode responder à heterogeneidade de condições socioculturais?”

Segundo Gatti, além da forma clássica, a avaliação na extensão universitária deve ser completada com o envolvimento dos participantes, incluindo os beneficiários, de forma reflexiva, discutindo como ocorreu o processo e como foi a filosofia de trabalho. A autora propõe um tipo de avaliação “participativa”.

Com o tema “Responsabilidade Social e avaliação da educação superior no Brasil: algumas considerações”, Afrânio Mendes Catani e Vicente de Paula Almeida Júnior discorrem sobre a Responsabilidade Fiscal a partir de sua introdução na Lei n. 10.861, que instituiu o Sinaes. Para os autores, a educação superior transformou-se no “nódulo central” das políticas sociais do novo Estado e está entrelaçada em três conceitos básicos que “determinam sua relação com as políticas educacionais na atualidade”: a qualidade (conjunto de habilidades e competências definidas pelo mercado de trabalho), a autonomia (crescente terceirização da gestão das instituições educativas, privatização da educação e valorização das parcerias) e a avaliação (à mensuração dos resultados produzidos pelas instituições no que diz respeito às suas tradicionais funções de pesquisar, ensinar e prestar serviços à comunidade).

Os autores se detêm no último item, a avaliação, que conforme destacam, limita-se a uma atividade predominantemente técnica ou referente às questões de operacionalidade, aos aspectos performáticos das instituições, isto é, de seus resultados. Assim, a função da avaliação em um quadro descentralizado dos mecanismos de financiamento e de gestão de sistemas remeteria sempre à questão da Responsabilidade Social para a adaptação das demandas de mercado. A Responsabilidade Social está associada à extensão universitária no que se refere à prestação de serviços, “[...] como garantia de qualidade dos serviços e produtos desenvolvidos pelas IESs e à noção de pertinência social, valorando a educação e as suas enquanto bem público”, concluem os autores.

O sexto texto do livro trata das potencialidades da educação a distância tanto como recente modalidade de ensino quanto como metodologia aplicada ao desenvolvimento da extensão universitária. O texto, escrito por Herbert Gomes Martins, mostra a crescente relevância da universidade no cumprimento de sua função social amparada por diretrizes do Sinaes que deve considerar “[...] as contribuições com a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.”

Segundo o autor, existem demandas das comunidades, internas e externas, as quais a educação a distância (EAD) pode viabilizar no cumprimento da missão de difusão social do conhecimento produzido na pesquisa buscando pontos de interesse comuns dentro e fora da universidade. Para o autor, a realização de programas e projetos voltados para a melhoria das condições de vida do entorno da universidade deve vir da extensão e defende a “[...] pertinência da educação a distância articulada às ações extensionistas.”

Com o tema-pergunta “Ações da extensão universitária no campo da formação continuada de professores: capacidade propositiva e compromisso social?”, Diego Jorge Ferreira e Maria de Fátima de Paula constataram uma postura vertical na capacitação docente que possui duas possibilidades pouco favoráveis para esse segmento: o abandono de atividades extensionistas pelos docentes e a condução quase sempre de caráter assistencialista.

No entanto, os autores entendem que a universidade “[...] não pode abandonar o exercício por práticas formativas mais próximas das necessidades sociais e educativas.” Também “[...] não pode prescindir da tarefa de construir, desconstruir e reconstruir os paradigmas da ordem social vigente.” Consoante destacam, o docente deve estar “[...] no controle sobre sua própria formação.”

A conclusão é que os professores devem se preocupar menos com o prestígio proporcionado por sua profissão para colocar a universidade na vanguarda dos programas sociais e formativos, não deixando que as possibilidades se definem.

No artigo seguinte, Fernando Ilídio Ferreira analisa a relação entre as reformas educativas contemporâneas e a formação continuada dos professores “[...] considerando-se não apenas a morfologia das políticas e dos discursos educacionais como os seus efeitos nas subjetividades dos professores.” O autor defende que o papel fundamental da universidade é criar dispositivos de apoio a escolas que contrariem o pensamento fatalista arraigado na cultura profissional dos professores.

Ferreira alerta para o que chama de “[...] esquizofrenia organizacional e profissional”, visto que a ideia de mudança vem associada a valores que exigem maior produtividade, aumentam a competitividade em busca de mais qualidade. O lócus do autor é a formação continuada vigente em Portugal. Conforme afirma, o fator que norteou todo o processo de formação continuada foi o entendimento de estar este processo ligado obrigatoriamente à progressão na carreira docente que levou a uma lógica “predominantemente individual e instrumental.”

A conclusão de Ferreira é que se procure uma mudança de atitude no que se refere ao apoio externo crítico às escolas e que esta mudança venha em forma de projetos de extensão para a formação continuada dos professores, “[...] concebendo o papel da administração central do Estado português fundamentalmente como um processo de ensinar as escolas e os professores a serem inovadores e criativos.”

Walter Frantz lança, no texto que acompanha a coletânea, um olhar interpretativo sobre a extensão em universidades comunitárias, mais especificamente sobre as universidades comunitárias regionais que nasceram da necessidade da sociedade civil que buscava caminhos para a ascensão social e pela ausência do poder público em suprir essa demanda. Importantes para o desenvolvimento regional, essas instituições de educação superior “[...] representam uma agregação de forças das comunidades regionais em favor de núcleos científicos.”

Para Frantz, a extensão vem a ser a via mais ampla da relação entre a sociedade e a universidade chegando a ser uma “[...] atividade articuladora da indissociabilidade da pesquisa e do ensino que se completa na relação entre a universidade e a sociedade, de modo a produzir transformações nesses espaços.” Consoante destaca, a extensão deve ser vislumbrada como uma ação política da presença da universidade no processo de desenvolvimento regional, ativa e dinâmica.

O autor conclui seu texto apontando finalidades que devem ser perseguidas pela extensão universitária comunitária: “[...] contribuir para a integração, a identidade, a organização, a capacitação, a inovação, a formação, a informação, a construção do entendimento coletivo a respeito das potencialidades e possibilidades da sociedade local e regional.”

O último texto dessa coletânea é assinado por Dirléia Fanfa Sarmiento, Paulo Fossatti e Vera Lúcia Ramirez, cujo título é: “As instituições de ensino superior da Rede La Salle no contexto da dinâmica educativa da região latino-americana lassalista”. Trata de uma experiência extensionista de uma instituição confessional. O Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs faz um trabalho educativo com os pobres e busca a integração com a comunidade local, especialmente por meio da extensão.

Conforme destaca em seu texto, as IESs lassalistas, fundadas nos valores evangélicos cristãos, visam à aplicação de políticas e estratégias que auxiliem na construção de uma sociedade melhor, porém acredita que as práticas de extensão não podem ser vistas com “[...] um olhar assistencialista e de caridade, em que um conjunto de atividades desarticuladas camufla e passa a impressão de missão

cumprida.” Os autores concluem que a extensão, vista pelos lassalistas, tem um papel importante à medida que mobiliza o ensino e a pesquisa em prol de projetos sociais “com, na e para” a comunidade em que a universidade está colocada e sempre priorizando a comunidade mais carente.

Ao final da leitura, vê-se uma lógica na edição que faz deste trabalho um texto “quase” único, lógico e que contempla o leitor com uma visão atual da extensão universitária. O livro começa do aspecto geral com os textos de Guadilla e Calderón, passa pela avaliação pela educação a distância, pela capacitação e formação de professores e fecha com o aspecto específico das universidades comunitárias (Frantz) e das Instituições La Salle (Sarmiento, Fonssatti e Ramirez), portanto, uma visão que começa do todo para as partes, abordando de forma abrangente toda a temática proposta.

Ao mesmo tempo, a diversidade de autores faz desta obra um conjunto de ideias específicas e singulares que agregam ao leitor a credibilidade e a multiplicidade de experiências e conhecimentos sobre os vários aspectos da extensão universitária, o que coloca a obra na vanguarda sobre pensamentos, pesquisas e práticas de uma atividade obrigatória e essencial das universidades.

Recebido em 06 de fevereiro de 2013

Aceito em 26 de julho de 2013